

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA 64ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 09/12/2014

PAUTA:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 63ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural	Jose Carlos Castilho - FETAEP
6	9.30	Apresentação do Território Noroeste	Paulo Roberto Sanitá
7	9.45	Regulamento da Lei de ATER	Benedito Almeida
8	10.15	Estratégia de integração Ensino-Pesquisa-Extensão	Miriam Fuckner
9	10.40	Apresentação da Page CEDRAF	João Luiz Parchen
10	11.00	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	11.15	Calendário de reuniões 2015	Miriam Fuckner
12	11.30	Assuntos Gerais	
13	12.00	Encerramento	

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, realizou-se a sexagésima quarta reunião do Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba – Paraná. Estiveram presentes treze conselheiros titulares e oito suplentes no exercício da titularidade, totalizando vinte e um, atingindo o quorum para deliberação, mais dois conselheiros na condição de suplentes e onze convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Francisco Alves Filho – Fórum de ATER não Governamental; Gilson Nogueira de Farias - Sicredi; Nilton Agner Junior - Rede Ecovida; Paulo Cezar Rodrigues Brizola - CCA; José Carlos Castilho - Fetaep; Ivo Barreto Melão – Câmara Agroecologia; Paulo Roberto Sanitá – Rede de Colegiados Territoriais; Amadeu Bonato - Deser; Nilson Hanke Camargo– Faep; Maria Aparecida Geffer - Arcafar Sul; Alexandre Leal dos Santos - Câmara Setorial de Juventude Rural; Luiz Marcelo Padilha – SEBRAE; Maria Aparecida B Vicente – Representação das Mulheres Rurais; **Conselheiros do poder público:** Norberto Anacleto Ortigara - Seab; Natalino Avance de Souza - Emater; Sandra Lins – SEPL; Margit Hauer – SEMA/IAP; Ailton da Silva – SFA/PR; Leonidas T Kaminski - Conab; Jose Leitão - MDA/DFDA; Antonio Maciel Machado - Embrapa. Compareceu também na condição de suplente Denilson Pasin – Deser e Benedito Luiz Almeida – Emater e como convidados Nilceu e Alcidir – Unicafes; Carlos Alberto Vizzoto Prefeito de Paraíso do Norte; Paulo Marinho Dutra - Prefeito de São Carlos do Ivai; João Tormena - Prefeito de Nova Aliança do Ivai; Reinaldo Pinheiro Silva – Prefeito de Mirador; Valmir Teixeira – Ceasa; Reinaldo Pinheiro – Prefeitura; Carlos Bittencourt - SENGE; Marcos Geraldo Gonçalves DFDA – PR; Antonio Cicero Otho – MDA e Alexandre - OCEPAR. **Justificaram ausência:** CRESOL, SETS, AMP, IAPAR, REDE PUXIRÃO, FETRAF. **Faltas sem justificativas:** INCRA, APPA, FEPAR, SETI, SEED/Educação do Campo; ALP; Quilombolas; Federação dos Pescadores; Indígenas, UNICAFES, FEPAR, OCEPAR e CEAGRO. Compôs a mesa o Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento, Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara e a Secretária Executiva do Conselho Miriam Fuckner. **2. Aprovação da pauta:** O Secretário Ortigara apresentou a pauta e Maciel solicitou a inclusão do debate sobre o projeto de lei que propõe a extinção do CPRA, o que foi aprovado. **3. Aprovação da ata nº 63** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, com as sugestões recebidas dos conselheiros, foi aprovada. **4. Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** Miriam Fuckner informou que as entidades que tiveram seus credenciamentos renovados, após a data da última

reunião do CEDRAF foram ICAF/SC e PLANAJAM. As entidades com credenciamentos que vencem em dezembro de dois mil e quatorze, são: Arboit & Antunes; AS-PTA; Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste; COOPTRASC; ISAEC. Estão com os credenciamentos vencidos, a seguintes entidades: Agroplântula vencida em setembro de dois mil e quatorze; Associação Imbuia em setembro de dois mil e doze; Central das Associações de agricultores familiares e trabalhadores rurais de Palmital em janeiro de dois mil e treze; Instituto Sinodal de Marechal Candido Rondon em dezembro de dois mil e doze; Gerar em agosto de dois mil e quatorze; Instituto Maytenus em outubro de dois mil e quatorze, sendo que estas deixam de estar aptas para contratação de serviços de ATER. Neste ponto da pauta é incluído o debate proposto pelo conselheiro Maciel, sobre a **extinção da autarquia Centro Paranaense de Referencia em Agroecologia - CPRA**. O Secretário de Agricultura e Abastecimento, Presidente do Cedraf Norberto Ortigara informou ter recebido inúmeras manifestações de conselheiros do Cedraf, de entidades do Brasil e do Paraná, questionando a proposta do governador, que encaminhou projeto de lei à assembléia propondo a extinção, fusão, incorporação, uma espécie de reordenamento do estado. Entre essas medidas propõe extinção do CPRA como autarquia, assim como, a incorporação das Secretarias do trabalho com a da família e outras providências visando a redução da máquina estatal, e com relação ao CPRA a medida é polemica suscitando inúmeros questionamentos. A proposta extingue a autarquia, mas não a atribuição de zelar pela agroecologia, de trabalhar a questão orgânica e uma agricultura mais limpa sendo que o projeto de lei atribui ao IAPAR a coordenação e o acolhimento da estrutura do CPRA. O secretário Norberto destaca que esteve reunido com os funcionários da autarquia, além de conversar também com o Secretário Nacional da Agricultura Familiar Valter Bianchini existindo uma concordância na idéia de que o estado não conseguiu estruturar o CPRA. Hoje ele tem sete cargos diretivos e nenhum profissional lotado, com exceção dos emprestados por diversas secretarias, IAPAR e EMATER, além de alguns detentos da Colônia de Piraquara que fazem o trabalho braçal. A proposta de extinção da autarquia se insere em um contexto mais amplo de dificuldades financeiras e redução de gastos. O ato político decidido parcialmente pelo executivo e que passará por análise e aprovação na assembléia, entende que o tema agroecologia seja acolhido no IAPAR e que o Centro manterá o mesmo nome, a mesma estrutura e dinâmica não afetando os serviços, passando a receber gente concursada do Emater e no começo de dois mil quinze do IAPAR para compor sua equipe, ampliando os esforços de produzir agroecologia. Melão, como representante da Câmara Setorial de Agroecologia e Produção Orgânica, destaca que o CPRA foi criado em dois mil e cinco e desde então, são inúmeros os trabalhos que vem fazendo em um campo que não é ocupado nem pelo IAPAR, nem pela extensão rural do estado, o Emater. O projeto de lei encaminhado pelo governador para aprovação da assembléia, diz que a estrutura e os trabalhos desenvolvidos pelo CPRA passarão para o IAPAR, e neste ponto chama a atenção, porque a lógica de trabalho do CPRA não é exclusivamente de pesquisa, embora faça também, mas em um modelo diferente, envolvendo outras entidades, universidades, associações de agricultores. Em dois mil e onze quando a atual diretoria do CPRA tomou posse, foi feito um trabalho bastante exaustivo em todo o estado do Paraná, contatando com diversas entidades e instituições, que apontou para a reestruturação da autarquia, em varias áreas, não só de pessoas a serem incorporadas, mas da forma de atuação, que foi levado para discussão final ao sistema estadual de agricultura, sendo aprovado, embora não tenha sido levado a efeito, apesar de todos os esforços do CPRA. Os trabalhos do CPRA têm reconhecimento estadual, nacional e até internacional, pois é um campo que precisa ser desbravado diante do modelo convencional agrícola que está posto. Declara que o projeto de lei é justificado pela questão econômica, mas que o orçamento do CPRA representa muito pouco. Mais recentemente foi feito um plano de ação para se trabalhar com os objetivos do CPRA e que foi levado ao conhecimento não só do secretario de agricultura mais de todas as demais entidades parceiras, mostrando uma forma de atuação viável sem muito dispêndio por parte do governo, o qual requer a abertura de um concurso publico para contratação de profissionais. O Secretário Ortigara informa que em outubro de dois mil e quatorze, por proposta da câmara técnica, do CPRA e SEAB o governador decretou o Plano Paraná Agroecológico, que está em vigência e amplia o esforço neste sentido. Nilton Agner Junior da rede Ecovida manifesta dizendo que nas discussões anteriores do Cedraf muito foi falado do programa de alimentação escolar, o qual se apoiou no trabalho do CPRA, e que a produção agroecológica precisa ter uma entidade a se dedicar neste setor com prioridade, havendo necessidade de fortalecer a autarquia. Amadeu Bonato da instituição DESER apóia a

manutenção do CPRA, justificando que, para avançar nesta questão da agroecologia é necessário apoio com ideias claras, com propósito, com recursos e estrutura. Declarou ainda que a FETRAF encaminhou ao presidente do CEDRAF uma carta de apoio à manutenção e ao fortalecimento do CPRA, destacando a necessidade de dar visibilidade à produção orgânica através de um centro, sobretudo no momento em que a agroecologia aparece como um grande tema de nível mundial, relacionado a questão ambiental, segurança alimentar, e outras que afetam a crise internacional. José Carlos Castilho da FETAEP diz que o CPRA tem fundamento para quem quer produzir sem agrotóxico de maneira correta e é importante para a agricultura familiar. Em sua opinião, uma autarquia criada e que não teve investimento é triste, e vê que começa se destituir uma coisa dos pequenos. Diz que não é favorável a destituição do CPRA, que precisa ter investimento, ter condições para funcionar. Margit Hauer da SEMA relata que trabalha em um projeto interinstitucional, em assentamentos, na área de agroecologia e de recuperação de nascentes e preservação permanente via sistemas agroflorestais. Demonstra preocupação com eventual vinculação e dependência integral do CPRA ao IAPAR ou outras instituições, visto que no caso do projeto citado, alguns profissionais que têm deixado suas instituições, não vêm sendo substituídos por outros, demonstrando como é vulnerável a Agroecologia para outras instituições não voltadas especificamente para o tema. Solicita esclarecimento ao Secretário Norberto sobre funcionamento da proposta da incorporação do CPRA ao IAPAR. Norberto esclarece que pretende aproveitar o concurso realizado no Emater, e encaminhar proposta de realização de concurso para o IAP e IAPAR para repor pessoal e deste quadro, selecionar pessoas com perfil, em quantidade necessária para prover o Centro Paranaense de recursos humanos. Diz que seu compromisso é ampliar o esforço na agroecologia, superar algumas deficiências estruturais do CPRA, como por exemplo, atuar mais descentralizado nos territórios, dar corpo aos bolsistas da fundação de investimento de ciências e tecnologias, negociar com o MDA, para trazer recursos para uma parte da sua estruturação. José Leitão apresenta Marcos Aparecido Gonçalves, agrônomo, novo integrante concursado da delegacia do MDA. Leitão manifesta que em relação ao CPRA sem dúvida nenhuma nós perdemos, por que a agroecologia vem sendo fortalecida e a visão do ministério é essa: do fortalecimento de todos os núcleos institucionais ou de grupos de produtores no aspecto da pesquisa, ensino e extensão, e a agroecologia consegue desenvolver quando tem maior possibilidade de uma rede ampla, articulada e dialogando entre as varias instituições, núcleos de pesquisa, ensino, extensão. Há poucos dias ocorreu uma chamada pública via CNPQ para fortalecer núcleos de agroecologia dentro das universidades publicas e a ATER cada vez mais vem focando a agroecologia em diversas chamadas, e mesmo quando não é específico, esse componente deve estar presente no trabalho com os agricultores. Quando se perde uma instituição de estado este, de alguma forma, dá uma referencia para a sociedade do quanto aquele tema tem valor, tem prioridade ou não. Pode até analisar que nesse momento é necessário, mas fica parecendo que essa área é secundária em relação às demais que compõem a estrutura do estado, entre os diversos componentes que promovem receita, despesa ou investimento, que requer recurso. Cada membro da rede que sai ou passa por uma dificuldade, atrasa o processo de resgate de um modelo sustentável, agregando novas informações, tecnologias geradas na pesquisa e focadas em uma agricultura sustentável. Acredita que, incorporar o CPRA ao IAPAR, que é uma estrutura grande, possa resultar em saldo negativo, se comparado a se ter uma estrutura pequena, mas autônoma. Concorde que o CPRA deve ter uma proposta mais ousada de ação, com interiorização, ampliação de suas ações, mais esse planejamento depende de sinalizações de governo, de prioridades previstas no PPA e que faltou, tanto do estado como da sociedade, contribuições para o fortalecimento do CPRA. Zeca (Nilceu) representando o Sr. Luiz Possamai da UNICAFES, diz que quando o CPRA foi constituído a categoria da agricultura familiar comemorou, uma vez que a agroecologia, na maioria das vezes, é feita pelos pequenos agricultores, e agora fica muito triste porque quando vai diminuir despesa, os primeiros cortes acontecem nessas entidades. Lamenta mais ainda porque esse ano foi instituído pela ONU como o ano internacional de agricultura familiar e a descontinuidade do CPRA seria como uma derrota. Posiciona-se contra a destituição da autarquia, e diz que deveriam estar discutindo a possibilidade de aumento de orçamento para fortalecer mais a agroecologia. Maciel lamenta a ausência do IAPAR na reunião, pois seria importante o pronunciamento deles sobre a questão. Lembra o fato de ter sido criada uma estrutura de pesquisa para desenvolver agroecologia em Santa Tereza do Oeste na fazenda da Syngenta, o que de fato o IAPAR não realizou por falta de estrutura. Em sua opinião o Centro de Referência não precisa ser grande,

mas articular parcerias, a exemplo das pesquisas realizadas com meliponídeos, sistemas agro florestais, projetos Conserva Bio e Araucária, destacando a importância da manutenção e fortalecimento do CPRA para continuidade destas ações. Propõe que o CEDRAF se posicione explicitamente pela manutenção do CPRA, para manifestar à Assembléia antes da plenária de votação, além de convidar todos os conselheiros para participarem da sessão. O posicionamento do Paulo da Cooperativa Central da Reforma Agrária é pela manutenção e fortalecimento do CPRA. Destaca que um produtor convencional tem todos os elementos disponíveis que facilitam a sua produção, já para um produtor que deseja mudar o seu modelo de produção as dificuldades são imensas, desde a falta de insumos, equipamentos, tecnologia e conhecimento. Relata a importância do curso realizado pelos assentados no Centro de Referência, trazendo resultados positivos para o grupo. Para ele o desafio é dar mais materialidade às ideias, com respostas concretas aos agricultores familiares. Ivo Barreto Melão acrescentou que vieram muitas propostas do CPRA e que estas são para serem mais ousados. Lembra que em dois mil e doze já houve uma tentativa do estado para vetar um projeto de lei relacionado à produção de orgânicos e que naquela oportunidade a mobilização da sociedade civil e de todas as entidades do governo conseguiu barrar e derrubar o veto. O Presidente Norberto solicita um aparte e diz que aquele projeto tinha vício de origem e o governador não pode sancionar uma lei naquela circunstância, pois o legislativo não tem a competência de propor gastos, cabendo isto somente ao executivo. Então foi construída uma nova mensagem com a participação dos representantes da agroecologia e encaminhada a assembléia restabelecendo-se a lei. Ivo Barreto Melão diz que só quer chamar atenção de ser possível reverter o processo na assembléia, e conclama a todas as entidades que se façam presente no plenário da assembléia por ocasião da votação da proposta do governador. Ortigara destaca que o encaminhamento proposto por Melão e Maciel é de que os conselheiros do CEDRAF trabalhem perante os deputados, na tentativa de sensibilizar a não aprovação do projeto de lei. Mais uma vez o Secretário Norberto se compromete em fortalecer a agroecologia no estado, seja da forma que for, sendo aprovado ou não o projeto na assembléia. Diz que com a reorganização das secretarias de estado a questão da segurança alimentar, juntamente com os programas leite das crianças e PAA vêm para sua pasta, e entende ser este mais um motivo para reforçar a produção agroecológica. Norberto Ortigara ainda registra que recebeu cartas da FETRAF e diversas outras entidades, assim como a copia de um abaixo assinado que esta na internet, solicitando apoio pela manutenção do CPRA. Em termos de encaminhamento prático tem a proposta do Ivo Melão e Antonio Maciel de mobilizar os conselheiros para se fazerem presentes na assembléia legislativa, tentando sensibilizar os deputados. Maciel manifesta que o encaminhamento deve ser o de tirar uma posição do conselho sobre a manutenção ou não do CPRA, para depois decidir o que fazer. O Presidente encaminha para votação, proposta para o conselho encaminhar documento à assembléia manifestando-se contrário ao projeto de lei que propõe a extinção da autarquia e sua incorporação ao IAPAR. Nilson da FAEP manifesta que as informações obtidas neste plenário são pouco substanciais e é prematuro tirar uma posição. Para essa decisão é preciso avaliar mais as razões pelas quais está sendo extinto o CPRA, assim como a eficiência disso. Será que vai ser de fato menor que hoje, se for colocado dentro do IAPAR, ou da Seab? É preciso aprofundar mais o debate para de fato dizer se somos contra ou a favor e sua decisão então, é votar nulo. Por dever de lealdade o Presidente Norberto se abstém de votar, assim como a Emater também o faz. Norberto esclarece que há uma proposta clara de encaminhar uma moção do Cedraf dirigida ao presidente da assembléia legislativa se posicionando contrario ao projeto de extinção do CPRA e encaminha novamente para votação. Houve quatorze votos favoráveis à proposta, nenhum voto contrário e seis abstenções. Monta-se uma comissão para redigir a moção que será encaminhada a assembléia legislativa, dizendo que por maioria o CEDRAF se manifesta contrário ao projeto de lei que propõe a extinção do CPRA. O Presidente Norberto Ortigara fez a leitura do ofício redigido pela comissão e a ser encaminhado aos deputados estaduais, o qual foi aprovado. Também foi organizada uma pequena comissão a qual se responsabilizou por levar o ofício à assembléia legislativa

5. Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural Jose Carlos Castilho relatou que sobre a solicitação de reconhecimento do Território Noroeste, após análise da documentação enviada a Câmara concluiu que o território demonstra fragilidade na medida em que os CMDRS não estão organizados. A dificuldade na organização é observada através da ausência de documentos de legalidade, principalmente as atas que confirmam a regularidade das reuniões e um processo de debates referentes ao desenvolvimento rural do município. Também os Planos de DRS estão

ausentes, tanto nos municípios quanto no Território. Por outro lado, o Território Noroeste tem uma história de organização, com a realização de importantes projetos vinculados ao desenvolvimento territorial. Sua constituição ocorreu em um momento em que não havia as orientações para as regras atuais. É conhecida a participação das prefeituras municipais, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das cooperativas existentes nos cinco municípios, bem como, a atuação do Instituto EMATER tanto nas mobilizações sociais como nas conferências de ATER e Desenvolvimento Rural como nos projetos econômicos de interesse do território como a constituição da cooperativa de crédito e da cooperativa de leite. Há necessidade de investimento na formação de agricultores familiares, suas organizações representativas e demais atores do Território, visando o seu fortalecimento, a reorganização dos Conselhos Municipais, a atualização dos diagnósticos e dos Planos de Desenvolvimento Municipais e Territorial, sendo que o Território apresentou uma proposta de ação para tal finalidade. Foi analisada a correspondência do Município Rosário do Ivaí solicitando mudança do território PR Centro para o Vale do Ivaí, a Câmara recebeu a documentação solicitada, qual seja: ofício do Prefeito do município ao colegiado do PR Centro solicitando desligamento do Território e solicitando inclusão no Território Vale do Ivaí; ata do Comitê Gestor do PR Centro e lista de presença, acatando a solicitação do município para desligamento do território e ata do Comitê Gestor do Vale do Ivaí e lista de presença, acolhendo o município naquele Território. A conclusão é de recomendar a aprovação, tendo em vista que os trâmites foram observados. Outro encaminhamento foi a solicitação do Comitê Gestor do Território Entre Rios, para inclusão do Município de Terra Boa. Atendendo a Câmara foram enviados ofício do Prefeito do município ao colegiado requerendo inclusão no Território Entre Rios; ata do Comitê Gestor do território e lista de presença, acatando a solicitação, os quais estão em conformidade, pelo que se recomenda a aprovação das solicitações analisadas. Amadeu sugere que nos próximos processos idênticos a estes também seja solicitada uma ata com a decisão ou parecer do conselho municipal de desenvolvimento rural. Dando encaminhamento, o colegiado estadual aprova a solicitação do município de Rosário do Ivaí para desligar-se do Território Paraná Centro e ser incluído no Território Vale do Ivaí, assim como do município de Terra Boa para ser incluído no Território Entre Rios.

6. Apresentação do Território Noroeste Paulo Roberto Sanitá apresenta o Território Noroeste, que é formado pelos municípios de Tamboara, São Carlos do Ivaí, Mirador, Nova Aliança do Ivaí e Paraíso do Norte. Diz que o Território é pequeno, mas que foi construído com muito trabalho e esforço, desde dois mil e quatro com envolvimento das prefeituras municipais, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Emater. Iniciou-se com um processo de capacitação de lideranças que se envolveram na organização do Território. Durante o processo, nos cinco municípios, foram reunidas aproximadamente oitocentas pessoas que apontaram as potencialidades e os desafios locais. Após foi elaborado o diagnóstico do território e o projeto leite, uma vez que oitenta por cento das propriedades do noroeste tem a produção de leite como alternativa de renda. Em dois mil e sete o Noroeste foi reconhecido pelo CEDRAF como pré-território. Todo o trabalho realizado resultou na conquista de recursos para investimentos na cadeia produtiva do leite, com a aquisição de resfriadores, caminhão com tanque isotérmico para transporte da produção, a fundação da cooperativa de produção - COAFNOR e de crédito - CRESOL. A apresentação de Paulo Sanitá foi ilustrada com fotos que mostram as atividades realizadas no território. Natalino diz que o Território Noroeste é um exemplo de integração entre o estado, prefeituras, sindicatos. E se tem um Território no estado do Paraná que tem identidade é o Noroeste. O relato do Paulo mostra uma evolução de conquistas merecendo, portanto ser reconhecido como território pelo conselho. José Leitão observou que institucionalmente, o Território Noroeste sempre foi olhado como tal, atribuindo-se a eles a responsabilidade de execução das conferências de desenvolvimento rural e de ATER, e que se reconhecemos esta prática territorial, devemos reconhecer que existe formalmente o território. O Prefeito de Paraíso do Norte esclarece que já existe um cronograma para elaboração dos planos de desenvolvimento municipais e territorial até maio de dois mil e quinze. Amadeu parabeniza o trabalho, apóia o reconhecimento, considerando as recomendações da câmara técnica e questiona por que do nome Noroeste, e a questão da abrangência, uma vez que tradicionalmente, os territórios tendem a ser mais amplos. Sanitá responde que o nome foi escolhido por ter sido a primeira iniciativa territorial da região. Com respeito ao tamanho do território, começou com cinco municípios, se avançou na organização facilitando o processo devido à proximidade, mas nada impede que futuramente se agreguem mais municípios. Norberto agradece os trabalhos da câmara técnica, dando por reconhecido o Território Noroeste chamando

a atenção dos prefeitos que este reconhecimento se dá em âmbito estadual, mas não federal. **7. Regulamento da Lei de ATER** Benedito Almeida destaca o processo participativo, no qual o CEDRAF esteve envolvido para a elaboração da lei de ATER e sua regulamentação. O foco da apresentação é a gestão de ATER para o desenvolvimento rural do Estado, dizendo que a existência de uma lei de ater é importante, porém a estruturação do processo de gestão de ater é fundamental, pois só depois que se faz a lei e a regulamentação, se percebe o tamanho e a importância que ela tem no estado. Devemos nos concentrar na gestão de ater, pois este é o objetivo final trabalho, essa gestão de ater estará fundamentada num plano estadual de desenvolvimento rural, esse plano será todo articulado pelo Cedraf. Do plano estadual de desenvolvimento rural como PEDRS, como norteador das políticas públicas, deverá sair a PEATER – Política Estadual de ATER, originando-se desta, os programas de assistência técnica para o estado do Paraná. Através desses programas é que os agricultores estarão sentindo os efeitos, de terem participado da elaboração dessa lei na regulamentação, instrumentos da gestão de ater. A lei nacional de ater contribui para fortalecimento da agricultura familiar e da assistência técnica, oficializa a política nacional de assistência técnica e extensão rural, vincula os beneficiários à DAP - declaração de aptidão dos agricultores familiares, vincula a participação das entidades de ater, e faz as contratações dos serviços através das chamadas públicas, mudando o cenário nacional de uso de recurso. Se de um lado as chamadas públicas favoreceram esses pontos, de outro temos clareza que precisa melhorar. Uma das questões que as chamadas públicas trouxeram para nossa sociedade foi a concorrência entre as instituições, havendo um desestímulo à rede colaborativa de ATER, não permitindo fazer um plano e ter recurso para um trabalho conjunto dentro do território, além de que algumas delas estão desvinculadas dos planos de desenvolvimento territoriais. Outro aspecto diz respeito à metodologia preconizada nas chamadas públicas, que é padrão para todo país, não dando espaço para criatividade de cada território na linha da inovação, assim como a abrangência de ATER com a superposição de recursos para determinado território e a falta de recursos em outras regiões do estado. A criação da ANATER trás mais indefinições nesse processo de gestão de ATER, hoje vivemos um momento de constituição e como tal é natural que se tenha interrogações. Como ficarão o MDA e o MAPA após a ANATER? Que critérios serão estabelecidos para apoio financeiro aos estados? ATER não é apenas difusão de tecnologia, em alguns momentos a política pública é mais importante que o repasse de tecnologia para os territórios, como fica então esta questão das políticas públicas? Com todas as dificuldades citadas em relação às chamadas públicas percebe-se um foco na valorização da agricultura familiar e nas metodologias participativas, a ANATER vai reproduzir o que o MDA está fazendo? A construção da lei no Paraná foi um processo bastante participativo e democrático, sendo considerados os resultados da conferências de ATER e de desenvolvimento, teve sua aprovação no CEDRAF, para finalmente passar pela assembleia legislativa, assinatura e promulgação e finalmente a regulamentação. A regulamentação também foi discutida no fórum de entidades não governamentais de ATER, passou no CEDRAF para então ser assinada pelo governador. Dentro da regulamentação destacam-se três pontos, que são a PEATER – Política Estadual de ATER, o PROATER- Programa Estadual de ATER e o PEDR – Plano Estadual de Desenvolvimento Rural, além de promover o fortalecimento dos conselhos municipais, colegiados territoriais e o CEDRAF, a valorização das conferências, tanto de desenvolvimento quanto de ATER e a valorização das instituições prestadoras de serviço de ATER. O credenciamento das entidades prestadoras de ATER, na perspectiva da lei estadual passará pela gestão política da Seab, técnica do Instituto Emater e a gestão social do Cedraf, sendo um processo de construção participativa. Outro destaque relaciona-se à ampliação do público, sendo que a lei de Ater do Paraná alcançará toda a agricultura familiar tendo DAP ou não, desde que tenha a referência do seu conselho de origem. Destaca-se ainda a inserção das prefeituras municipais no programa de ATER; a formação da rede paranaense de ATER; processo de ampliação e qualificação de ATER, que não é só para a Emater, mas para todas as entidades prestadoras de serviços credenciadas. Ressalta-se sobre as modalidades de credenciamento, que além do pleno, trás o específico, para aquelas instituições que trabalham com atividades correlatas, mas que não são naturalmente, instituição de ATER, além do credenciamento provisório, para as entidades que ainda não tem cinco anos, isto que sem dúvida ampliará os esforços de ATER no Paraná. A utilização do FEAP, fundo que está localizado na SEAB, para o repasse de recursos na contratação dos serviços, e a possibilidade de contratação de projetos individuais ou em parcerias. Mantém a formação dos grupos de trabalho no âmbito do CEDRAF

para trabalhar o plano estadual de desenvolvimento rural e a política estadual de assistência técnica de extensão rural. **8. Estratégia de integração Ensino-Pesquisa-Extensão** Miriam Fuckner relatou sobre o Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade na Agricultura Familiar, um processo de concertação e articulação institucional, que tem por objetivo ampliar a construção e disponibilização de conhecimentos e tecnologias para a agricultura familiar, através da integração Pesquisa – Ensino – Extensão e Agricultura Familiar, para a inovação. A implementação do programa se dá com a participação do Comitê Nacional de Ater do CONDRAF de forma integrada, com o Programa Nacional de Formação de Agentes de Ater do Pronater, e por meio de oficinas de concertação e eventos temáticos, onde se articulam os sujeitos envolvidos no processo de inovação na agricultura familiar. São parceiros estratégicos: Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA, organizações estaduais de pesquisa agropecuária (OEPAS), organizações governamentais e não governamentais de ATER, Instituições públicas de ensino superior, organizações dos agricultores e agricultoras familiares. No Paraná ocorreu a oficina de concertação nos dias seis e sete de novembro, na qual participaram representantes da Embrapa, IAPAR, CPRA; Emater, ICAF/SC; UEPG, FETRAF e Via Campesina; FAO; MDA; Ministério Público cujo encaminhamento foi o de organizar um Grupo de Trabalho para construir estratégias que possibilitem a integração das entidades de pesquisa–ensino–extensão, vinculado ao CEDRAF, tendo por princípio os PEDRSS e o PEATER. O GT ficou constituído por: FETRAF – Vilmar (indicado por Vilson Schon); Embrapa – Maciel; CPRA – Marcio Miranda; CEDRAF – Miriam; Emater – ficou de definir em conjunto com as demais entidades de ATER; IAPAR e Ensino não indicaram representantes. O grupo de trabalho se reuniu no dia vinte e um de novembro, no Emater, com a presença de Jefferson – SEAB; Benedito – Emater; Reni e Dant – MDA; Maciel – Embrapa; Miriam – CEDRAF e decidiu por realizar um Seminário, em fevereiro de dois mil e quinze, com vinte e cinco pessoas, para chamar e propor a integração das Universidades ao processo; renovar e ampliar a Câmara de ATER de forma a contemplar pesquisa – ensino – extensão e os agricultores familiares, articulando as ações de concertação com os PEDRSS e PEATER. Norberto destacou a importância desta articulação, tendo em vista a ausência das universidades no debate de inovação nas cadeias produtivas, citando como exemplo, a do leite. Estava presente na reunião do conselho o Cesar Reinhardt, integrante da equipe do MDA para este processo de concertação e coordenador nos três estados do sul. Amadeu do DESER manifesta-se sobre a importância de envolver as universidades e parabeniza proposta apresentada, articulada politicamente ao CEDRAF, às conferências e à Câmara Técnica de ATER, promovendo a integração das ações. Leitão destaca que o CEDRAF é instrumento imprescindível no debate de qualquer política a ser executada com foco no desenvolvimento, na ATER, na agricultura familiar. À universidade cabe um papel importante no desenvolvimento do rural e temos que explorar a contribuição que eles podem dar. Com relação aos recursos para a realização do seminário Leitão informa que existe uma negociação com o MDA, de forma a promover a reunião, convidando professores já inseridos nos processos de desenvolvimento territorial, agroecologia, extensão rural, para conhecerem o programa e, entre eles, escolher um representante. Então mantemos a perspectiva de realizar a reunião em final de fevereiro ou início de março. Destaca ainda, que em relação aos técnicos, agentes de extensão, executores das chamadas de ATER, que tem recursos para capacitação, e que serão olhadas como o momento das entidades de pesquisa, Embrapa, Iapar, Universidades, poderem contribuir com a formação dos agentes de ATER, como sendo esta uma ação do programa. O Conselho aprovou a proposta apresentada, dependendo da liberação dos recursos para a realização do seminário com as universidades. **9. Apresentação da Page CEDRAF** João Luiz Parchen explica que fez uma editoria no site da Emater, a qual tem um breve histórico, e o menu com as atas das reuniões, relação dos conselheiros, legislação do Cedraf, entre outros. Parchen orientou como visitar o menu do Cedraf através do site da Emater, sugerindo que esta editoria se transformasse numa página de domínio próprio. Nilson sugeriu que, se não for possível fazer uma página própria, que o acesso seja através da página da SEAB. Parchen explica que o acesso pode ser feito através de qualquer instituição, apenas a hospedagem está no site da Emater. Norberto expressa que irá negociar com a CELEPAR um domínio próprio para o CEDRAF, mas que por enquanto fica o destaque na página da Emater e da SEAB, além de conclamar aos conselheiros para encaminhar à Miriam notícias das câmaras técnicas e outras para divulgar na Page do CEDRAF. **10. Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf:** Norberto Ortigara não deu informes nesta reunião. **11. Calendário de reuniões 2015**

Miriam Fuckner apresentou um calendário, o qual foi entregue antecipadamente aos conselheiros, propondo as seguintes datas: 24/02/2015; 28/04/2015; 23/06/2015; 18/08/2015; 20/10/2015; 08/12/2015, sendo o mesmo aprovado pelos conselheiros. Em não havendo **Assuntos Gerais**, o Presidente Norberto Ortigara deu por encerrada a reunião, agradecendo a participação destacando que foi um prazer trabalhar com todos os conselheiros no mandato que se encerra, e como foi reconduzido no cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento, terão ainda a oportunidade de conviver por mais um período. Desejou ainda um Feliz Natal e um Ano Novo de sucesso profissional a todos.

Curitiba, dezembro de 2014.

Miriam Fuckner
Secretária Executiva do Cedraf

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf